

CADERNO DO MUSEU
Nº 9

VISUALIZAÇÃO:

ESTADO EXPRÓPRIA E DOMINA POVO GUARANI E KAINGANG

Ligia T. L. Simonian

Maio 80

SUMÁRIO

Nota Introdutória 1.

Terra Indígenas: fronteira aberta, terra livre 2.

- A extensão da expropriação 2.1.

De morador do mato e do campo a morador de arraial e de vila 3.

Outros aspectos da dominação: devastação, paternalismo, etc. 4.

Nota Introdutória 1.

Nota Introdutória I.

Em um momento em que Estado (RS) e União tentam desferir um novo golpe nos interesses indígenas se torna inviável calar. Ministério do Interior e governo do estado estabeleceram recentemente (1979) protocolo de cooperação objetivando o atendimento aos Kaingang e Guaraní que vivem no Rio Grande do Sul.

Como um primeiro passo o governo de estado elaborou uma proposta de atendimento identificada como proposição global para um programa de promoção das comunidades indígenas;¹ a mesma fora considerada pelo presidente da FUNAI em recente visita à Porto Alegre como inaplicável ante a não disponibilidade de recursos. Mesmo após tal afirmação gestões vem sendo realizadas com vistas à aplicação da referida proposição.

Indígenas e instituições ligadas à problemática indígena têm questionado a proposta do governo do estado fundamentalmente por duas razões: -a não participação efetiva de indígenas na discussão e elaboração do projeto e

-a não consideração, por parte do estado, da chamada "questão das terras", em especial das outrora usurpadas pelo próprio estado.

Basicamente o estado não recupera uma postura crítica de sua atuação no passado, em termos de política e ação indigenista, e reatualiza sua concepção paternalista, ao impor arbitrariamente um projeto aos indígenas. A participação do indígena sequer é levada em conta não só na elaboração mas mesmo quando da concretização do projeto. Nestes momentos o indígena poderia vir a participar ocupando posições subalternas, sendo-lhe tolhida qualquer participação mais crítica ou que implicasse em distribuição de poder.

Pelo projeto os remanescentes indígenas receberiam um certo apoio em determinados setores como o agrícola, saúde, educação, cultura... Apesar de bastante detalhado, se for analisado de um ponto de vista técnico e crítico o mesmo não resiste. Em princípio diríamos que não se caracteriza por ser um projeto de aproveitamento técnico-econômico ainda que pretenda se constituir em um instrumento de orientação do indígena, enquanto ser individualizado, rumo à independização econômico-financeira.

Como um dos desdobramentos após a publicação da proposição do estado, temos um pedido de líderes indígenas de Nonoai e Votouro para que estado e FUNAI/MINTER sustassem seu andamento até que pudessem contatar com as suas bases e inclusive ouvir e discutir com indígenas de outras reservas². Mas em recente manifestação através da imprensa os promotores do projeto anunciam que o convênio entre a FUNAI e o estado seria assinado em oito de maio. Mais uma vez o estado e o órgão protetor federal demonstram aos indígenas e à opinião pública sua prática anti-indígena.

¹ Proposição Global para um Programa das Comunidades Indígenas do Rio Grande do Sul. Estado do RGS, Secretaria do Trabalho e Ação Social, Porto Alegre, 1980. 70pp., cópia xerox.

² A referida solicitação fora feita em quinze de abril p.p. em reunião realizada em Porto Alegre em conjunto com representantes de diversas entidades ligadas à causa indígena e a um representante da Secretaria do Trabalho e Ação Social, que se encarregara de obter o cumprimento do prazo de quarenta dias.

Contribuir para um maior conhecimento desta prática anti-indígena é o que pretendemos com o presente trabalho: mostrar os desmandos do estado no tocante à expropriação das terras indígenas, a imposição de uma nova organização do espaço, de padrões e valores, tomando como auxílio o visual.

A série de mapas³ permite uma visualização do processo expropriatório oficial, isto é, empreendido pelo estado ainda que o mesmo tenha, em épocas anteriores, procedido à demarcação das terras indígenas.

Os desenhos, as fotos, plantas, pretendem remeter às diversas formas de imposição de novos padrões culturais e sociais, de valores⁴. O tempo disponível nos impediu de tentar homogeneizar as dimensões dos mapas; solicitamos que atentem para o total de hectares ou metros quadrados.

³ Os mapas foram por nós coletados junto à Secretaria da Agricultura, setor de terras públicas, sendo que o de Inhacorã logramos obtê-lo junto ao Sr. H. Bertolo de Sto. Augusto. Os mapas foram reduzidos e o trabalho de cópia para publicação (bem como os dos desenhos) fora elaborado por J. Teixeira do setor audiovisuais da FIDENE. Este material foi recolhido para o projeto "Índios e Brancos no RGS..." em parte financiado pela FAPERGS.

⁴ Cópias dos originais dos desenhos encontram-se no Arquivo Kain-gang-Guarani do Museu Antropológico Diretor Pestana.

Terras Indígenas: fronteira aberta, terra livre 2.

Terras indígenas: fronteira aberta, terra livre 2.

Iniciaríamos afirmando que é problemática a situação das terras indígenas no Estado, chegando a situações críticas como a de indígenas sem terra e de indígenas minifundiários. Kaingang e Guarani ainda remanescentes vêm sofrendo pressões as mais diversas, foram expropriados, lesados em seu mais legítimos direitos. Perderam terras, os recursos naturais dos quais em muito dependiam para seu sustento (pinhais).

Ao mesmo tempo que acompanharam as injustiças sobre si cometidas eles conseguiram identificar que o problema distribuição de terras não está afeto apenas a eles, mas que atinge à maioria da população brasileira. Isto fica muito claro quando os indígenas de Nonoai expulsam os posseiros de suas terras (em 1978) mas se preocupam com o destino dos ex-posseiros, tendo denunciado repetidas vezes os órgão responsáveis (INCRA, FUNAI...) por não terem atendido em tempo as reivindicações dos agricultores que ocupavam suas terras. Denunciaram também a situação de miséria a que foram jogados nas estradas e a longa espera a eles imposta pela inabilidade governamental frente ao problema criado.

Supomos que um breve histórico se faz necessário para a compreensão da atual situação das terras indígenas no Estado.

Os Kaingang e Guarani perderam cerca de 50% de seus territórios (discriminados e/ou demarcados), para nos referirmos só a este século. A partir de 1911, os remanescentes indígenas viram proceder a demarcação de suas terras, demarcação esta efetuada pelo próprio governo do Estado, através das "Inspeorias de Terras". Apenas a área de Lagoão, situada no município de Soledade não fora demarcada.

Este momento acenou com a viabilização de uma política mais justa com relação aos indígenas. O Estado também volta a sua atenção para os caboclos, chamados à época de nacionais. Estes viviam nas áreas de mato, chamadas devolutas, e não raro foram expulsos, deslocados para o estabelecimento de projetos de colonização. Mas ante a persistência de uma determinada estrutura econômica-social, no caso, de uma sociedade neocolonial, continua a se impor uma estrutura fundiária que não atende aos interesses da maioria da população, em especial aos camponeses. Assim, o Estado do Rio Grande do Sul vê frustrada a sua tentativa de reconhecimento das terras indígenas e das pequenas posses. Ao tentar reconhecê-las não faz a partir de uma perspectiva global que incluisse a postura dos órgãos governamentais e os interesses dos detentores do poder econômico, dicotomizando formalmente as duas propostas.

Não consegue também o Estado equacionar os problemas de correntes da saturação da pequena propriedade tipo colonial. É a época das grandes migrações para o oeste catarinense, depois para o paranaense e mais recentemente para outras partes do país ou mesmo para o exterior.

Neste período o indígena, o caboclo, o descendente de imigrantes vêm-se marginalizados no processo de distribuição de terras, enquanto que as médias e grandes propriedades tendem a aumentar.

No caso dos indígenas, a perda de parcelas significativas de terras impõe uma transformação radical em seu modus vivendi, aguçando cada vez mais a sua situação de subordinados aos interesses da sociedade brasileira e internacional, são forçados ao trabalho fora de suas terras, em granjas, fazendas, madeiras, etc.

Nestes casos, sempre recebem menos que outros trabalhadores (são "sobre-explorados") pelo mesmo trabalho desempenhado, pelo simples fato de serem indígenas. Neste mesmo espaço de tempo têm suas terras invadidas por outros grupos também expropriados, expulsos de suas posses, de seus arrendos, do minifúndio...

Não acompanha, evidente, a este redimensionamento social uma redefinição política, de modo substancial, com relação à estrutura fundiária. O que se pensou, a nível estadual com relação à possíveis transformações, veio em detrimento da posse indígena. Concretizou-se uma "pseudo reforma agrária" em cima dos territórios indígenas. Serrinha, Ventarra, Caseros, Lagoão, foram totalmente expropriados aos seus legítimos donos e estes jogados sobre outras áreas indígenas no Estado ou nas estradas. Inhacorã, Votouro, Guarani e Nonoai foram em parte também restringidos, possibilitando a concretização da "pseudo reforma agrária". Quem sai ganhando nesta luta não são os "sem terra", que continuam tão marginalizados quanto antes mas as empresas rurais, as grandes propriedades.

Assim, que as terras indígenas foram e vêm sendo concebidas como terra livre, terra de ninguém, passível pois de apropriação que será diretamente realizada pelo estado ou por este ratificada.

De um lado o estado oficializa a expropriação, de outro a inércia do Serviço de Proteção ao Índio, que em nenhum momento saiu a público ou fora para a justiça defender os direitos legítimos dos indígenas aos territórios que ocupavam.

A extensão da expropriação. 2.1.

Ventarra: área indígena extinta

Reserva demarcada em 1911 com 753 ha. O toldo Erechimpas sara a integrara área de Ventarra. Fora totalmente extinta em 1962, sendo a seguir os indígenas transferidos para a reserva de Votouro. Os Kaingang de Ventarra enfrentaram por longos anos o terror emanado da ação indigenista: sobre eles também fora imposto o sistema do panelão ou da cozinha coletiva. De acordo com este sistema os indígenas teriam que cultivar o que se denominava de roças do posto e em troca recebiam alimentação e vez por outra alguma ferramenta, roupas. O discurso indígena é esclarecedor neste sentido: "Lá se trabalhava mais para o posto que prá si; tinha panelão de 18,20 dias. Eu mesmo trabalhei de cozinheiro, me dava dô de ver os índios levar comida prá casa em latinha de azeite. Lá eles arrendaram também a terra mas os rendeiro não moravam dentro da área. Deu prá eles fazer muito "touro" (trapaça), índio é que nunca viu resultado nenhum". Sobre a extinção da área indígena este Kaingang também dá a sua versão: "Não fomos nem avisado. Quando vimos veio o pessoal de Erechim (da Inspeção de Terras) e tocou todo mundo para o Votouro. Deram 5 contos de rancho; o pessoal de Votouro começou a falar - eles venderam as terras e agora vieram prá nossa. Mas nada disto era verdade mesmo. Isto não foi resolvido lá entre os índios. Depois deram um gasto na bodega, tinham que gastar em três vezes. Por causa disso deu muita briga. — Prá dizer a verdade carregaram nós que nem porco, não tinha casa pronta nem nada, ficamos tudo atirado (a retirada forçada ocorrera em 1963)". M. Farias, atualmente morador de Nonoai.

Dirigira o toldo de Ventarra Theobaldo Morengo por cerca de 30 anos. Sua atuação fora muito elogiada pelo responsável da Inspeção de Terras de Erechim, em inícios da década de 40.¹ Por esta mesma época o estado mandara construir 20 casas de madeira para os indígenas, de 3 por 4 metros; a madeira utilizada na construção das casas era proveniente da própria mata da área pois teriam abatido 40 pinheiros para beneficiamento. Incentivara-se também o casamento de homens indígenas com mulheres descendentes de imigrantes. Concretamente em 1944 Antonio Reis vivia com uma russa, Paulina Saboienko e, Laudelino Reis com a alemã Martiniana Krüg.²

Mais tarde dirigiriam Ventarra os funcionários Adelque Morgante, Cavour e Nei Mesquita dos quais os indígenas ainda guardam amarga lembrança. Cavour erguera 5 troncos para amarrar aos indígenas que "ele considerava" faltosos. Nei Mesquita fora encarregado de fazer a transferência dos indígenas tendo gasto a importância de 28.620,00 em transporte.³

¹ Cfe. Relatório anual da Inspeção de Terras do Nordeste, 1944, não paginado, no item "toldo dos índios". Originais nos arquivos da CEMAPA em Erechim.

² Idem, ibidem. Com relação ao grau de mestiçagem Salzano mostra, a partir de pesquisa efetuada em 1958, que em Ventarra 31,78% da população é que se mantém sem sinal de mestiçagem. Cfe. Estudos Genéticos e Demográficos entre os índios do Rio Grande do Sul, Boletim do Instituto de Ciências Naturais/UFRGS, nº 9, 1961, p. 41.

³ Cfe. Relatório anual do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, Delegacia de Erechim, 1964, quadro nº 19. Originais no arquivo da CEMAPA, Erechim.

Em Erechim o chefe da Delegacia Regional de Terras Sr. Peireira de Souza, entrevistado em 1968, diria que as terras de Ven-tarra nunca foram dos indígenas e sim terras devolutas do Estado. Foi mais além na entrevista e informou que industriais da cidade de Getúlio Vargas é que teriam pressionado o governo do estado para transferir os indígenas. Argumentavam estes que os indígenas bebiam quando iam à cidade e provocavam baderna, o que seria suficiente para "afastá-los da civilização".⁴

Alguns indígenas, considerados mestiços pelos agentes da Inspetoria de Erechim, receberam meia colônia de terra, tendo, no entanto, vendido as mesmas logo a seguir. Algumas famílias tentaram voltar às suas terras mas foram removidas com a utilização da força, para Votouro. Em 1968 uma equipe do projeto Rondon encontraria 4 famílias de Kaingang vivendo nas terras expropriadas: Juvenal Palhano (6 pessoas), Nísio de Paula (5 pessoas), Tulio Palhano (3 pessoas) e Delcino e esposa (casal de anciãos).⁵ Presentemente não se encontram mais nas terras da antiga reserva. Alguns foram para Votouro e outros para Ligeiro.

⁴ Ver Operação Toldos, MINTER, GT Projeto Rondon, coordenação regional do Rio Grande do Sul. Publ. mecanografia da SUDESUL, 1969:10 e 97.

⁵ Idem:9.

PLANTA

da Medição de uma Área de Terras destinada

ao "Toldo Ventarra"

no

8º Distrito do Município de
Passo Fundo

Área: 7.552.500 m²

A área está ocupada pela
cacique Evaristo Ribeiro e sua família
tem 7 casas
Geraldo de Oliveira com 4 "
Pedroso que passou a ocupar 6 "

total = 17 casas

Ventarra

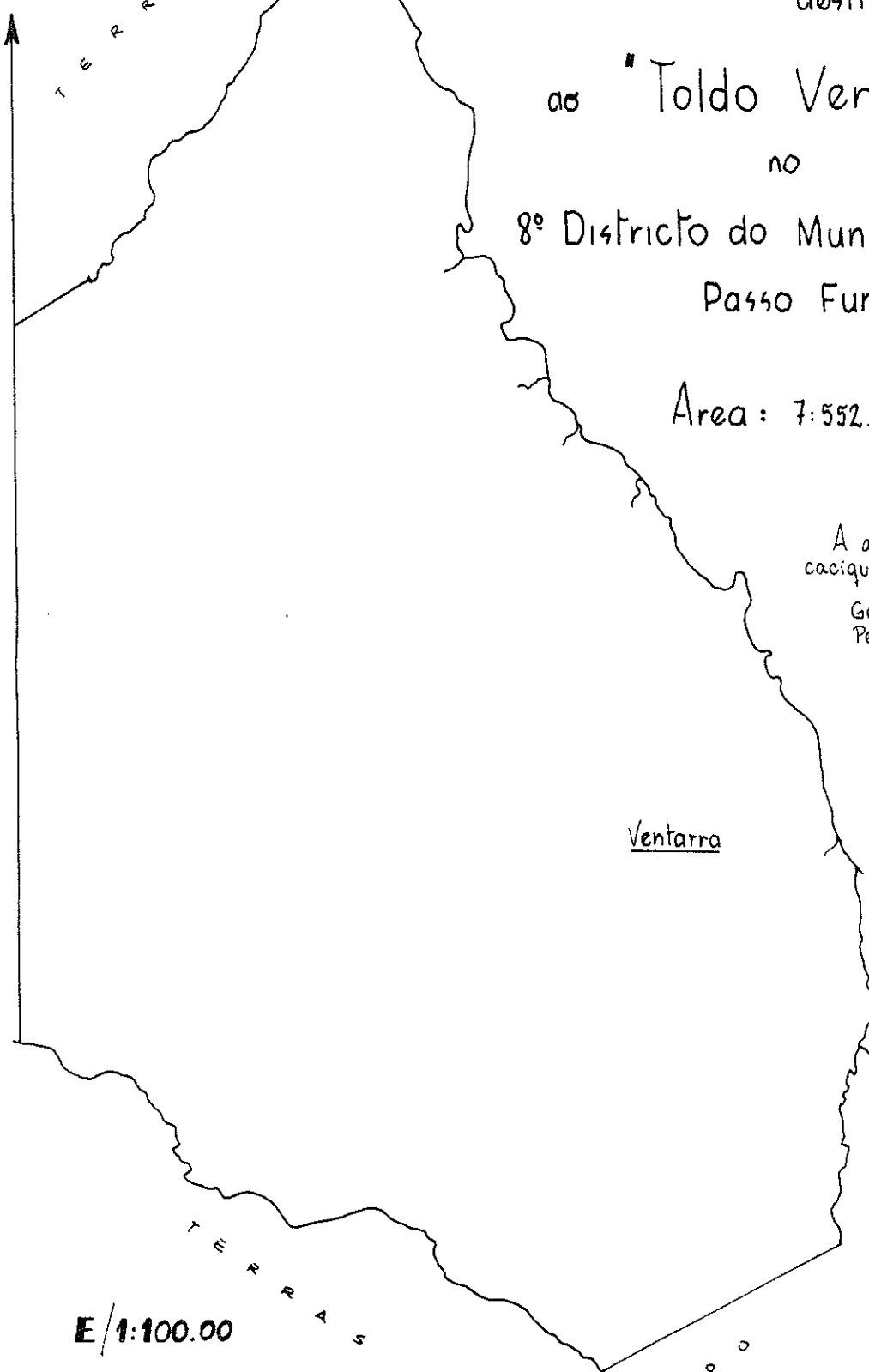
Erechim 5 de Maio 1911

E/1:100.00

Terras do Estado

TERRAS DO ESTADO

TERRAS DO ESTADO



Reserva Indígena de Caseros

Situada no então extenso município de Lagoa Vermelha, fora demarcada em 1911 com 1.003 ha, pela Comissão de Terras de Passo Fundo. Tinha à época 100 habitantes Kaingang. Conforme informações de Serafim Terra, engenheiro-chefe da referida comissão, em 1911 o toldo estaria nas seguintes condições:

"Acha-se reduzido a 22 famílias. A impressão que recebi foi boa. Ahi os indios vivem mais à vontade e mais fartamente do que no toldo do "Fachinal"! Cuidam regularmente das suas plantações, criam porcos e têm animais de montaria, com os quaes divertem-se aos domingos em corridas. Não soffrem tão atrozmente a perseguição dos civilisados. ..."

Sobre sua situação neste século são poucos os dados existentes. Torres Gonçalves apesar de minucioso sobre alguns toldos em seus relatórios silencia sobre o destino dos indígenas, quando anuncia em 1927 que o toldo "está presentemente abandonado" e, sobre o destino de suas terras. Que motivos teriam levado os indígenas a deixarem suas terras, que se encontravam demarcadas desde 1911?

Em 1911 cerca de 100 Kaingang sobreviveriam em Caseros, mas este total estará reduzido em 1919, após a "gripe espanhola", para 48 indígenas. Para 1922 e 1923 apenas 20 indígenas estariam a ocupar Caseros, sob a orientação do cacique Seraphim Luiz Costa; para 1925 e 1926 seriam 30 os Kaingang ali radicados. Em 1922 os indígenas teriam colhido 2 mil kg. de feijão, num valor de 600\$000. Torres Gonçalves em suas informações sobre Caseros para os anos de 1927, 1928, 1929 e 1930, apenas se refere ao fato dos indígenas terem abandonado o toldo. Cabe aqui uma interrogação ainda não solucionada: abandonaram ou foram forçados a abandonar suas terras? Qual o encaminhamento que o estado dera às terras destes Kaingang?

¹ Cf. Torres Gonçalves, relatório anual da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas do Estado, 1911: 154. Porto Alegre.

² Idem: 1927, p. 448.

³ Idem: 1911, 1919, 1922, 1923, 1925, 1926, 1928, 1929 e 1930.

Terrenos devolutos

Plano

DO

TOLDO MONTE CASEROS

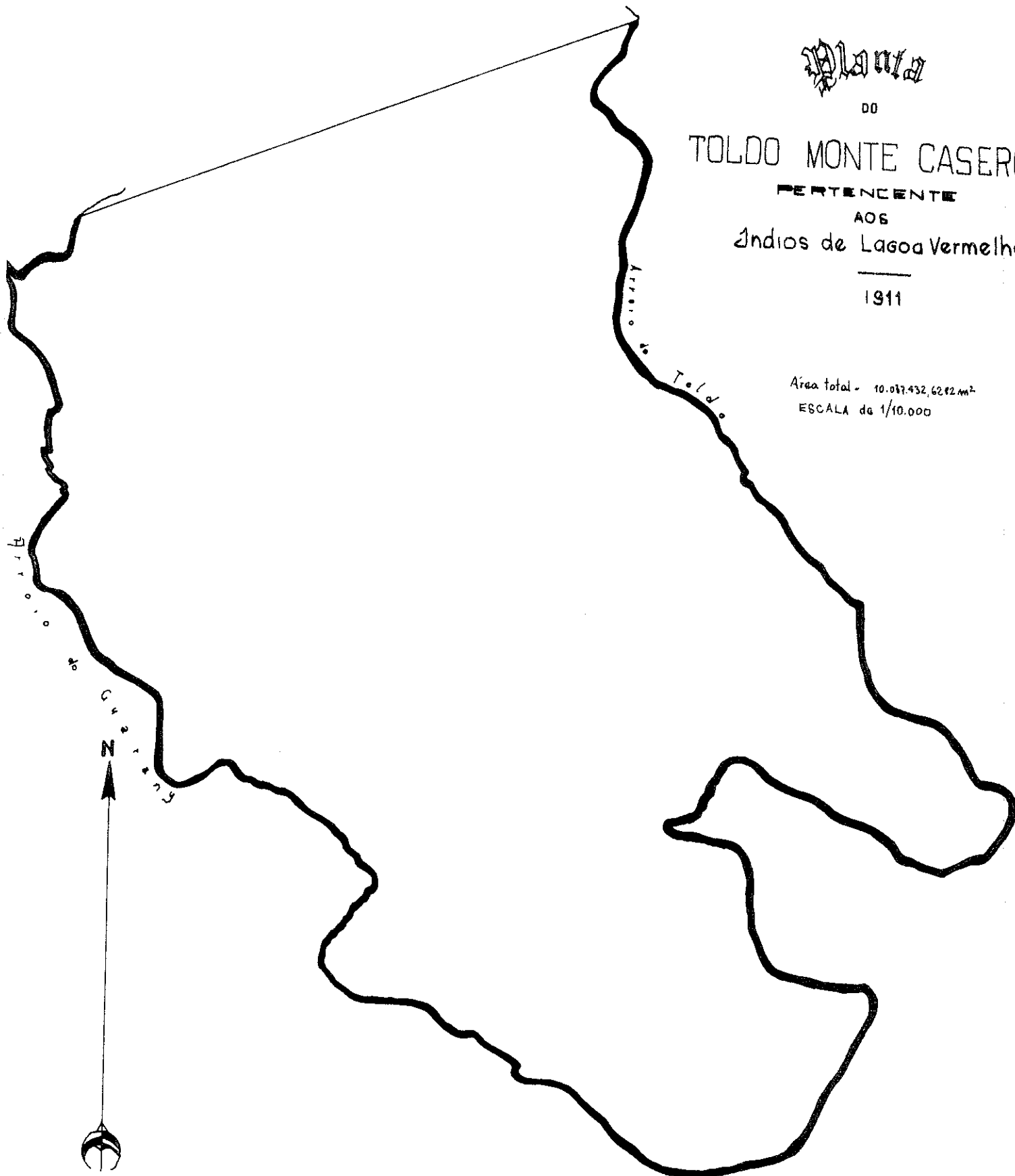
PERTENCENTE

AOS

Índios de Lagoa Vermelha

1911

Área total - 10.077.432,62 m²
ESCALA de 1/10.000



Toldos Guaranis demarcados ou discriminados

O estado discriminara terras para vários grupos Guarani e demarcara dois, Guarani em São Valentim, já referido e, outro provavelmente em Santa Rosa.¹

Em Lagoão, no município de Soledade, discriminara-se terras para os Guarani, que lá se fixaram por alguns anos. Pelos relatórios do setor de terras públicas, o estado evidencia que pretendia demarcar o toldo Guarani: "Falta ainda medir e demarcar ... Lagoão no município da Soledade".² Em mapa elaborado pelo mesmo setor no ano de 1918, o toldo aparece localizado.³

Os dados mais concretos que dispomos sobre as terras indígenas de Lagoão nos são dados por Torres Gonçalves,⁴ em 1913:

"Estas terras tem dado lugar a frequentes reclamações e consultas. Julgo por isso conveniente expor vos aqui o que se passa. Trata-se de uma posse legítima por João da Rocha Soares da qual o governo do Estado respeitou a área do título, com 35.850.00 m. q., revertendo a sobra, que tem mais de 8.000 hectares, ao domínio do Estado.

O trabalho de discriminação da área e demarcação da linha secca de separação da sobra foi efectuado pela extinta Comissão de terras de Soledade. Ficou faltando, porém, a demarcação de um pequeno toldo de índios dentro da sobra e de lotes para atender a intrusos ali estabelecidos. As petições destes tem sido despachadas mandando aguardarem oportunidade.

Prevalecendo-se da ausencia na região de funcionários desta Secretaria, e achando-se a mesma afastada da acção de outras autoridades, os herdeiros de João da Rocha Soares tem vendido, e, ao que parece, continuam vendendo terras dessa sobra, perseguindo não só os intrusos nellas estabelecidos como até os índios do toldo, o que é mais grave".

Pelos detalhes que T. Gonçalves nos fornece, é mais provável que tenha ocorrido uma expulsão dos Guarani de Lagoão do que um simples abandono, como o mesmo indica posteriormente.⁵

Instalara-se em Santo Christo (munic. de Sto. Ângelo), um grupo de 12 famílias, com 69 pessoas, sob a direcção do Guarani Florencio Vinites. Seria proveniente do Paraguai.⁶

O estado procede à instalação de outro grupo de Guarani, também procedente do Paraguai - em Santa Rosa "acabam de ser installadas, passando a constituir novo pequeno toldo, vinte famílias de índios Guaranys".⁷

¹ Cf. Relatório da Secret. dos Negócios e Obras Públicas do Estado, Porto Alegre, 1922, quadro não paginado.

² Idem, ano de 1912:151.

³ Idem, mapa não paginado.

⁴ Idem, ano de 1913: 65.

⁵ Idem, ano de 1921:151.

⁶ Idem, ano de 1912:151.

⁷ Idem, ano de 1921:509.

Quanto as terras deste grupo instalado em Santa Rosa , se tomarmos como corretas as informações do setor de terras públicas do estado, este as demarcara:

"Ha ainda em Santa Rosa um grupo de 70 indios Guaranys, vindos do Paraguay que não se tem querido fixar, havendo abandonado a área que o Estado lhe demarcou".⁸

Os Guarani de Lagoão, de Santo Christo e de Santa Rosa deixaram as terras onde por primeiro se fixaram, não tendo o estado garantido sua manutenção para posse esporádica dos indígenas . Como uma das possíveis causas dos deslocamentos destes dois últimos grupos temos o próprio contexto agressivo, preconceituoso, anti-indígena. A situação vivida pelos indígenas de Lagoão nos permitem supor o que acontecera em Santa Rosa e Santo Christo: teriam os Guarani sido expulsos, senão, no mínimo forçados a se deslocar.

⁸ Idem, ano de 1922: quadro não paginado.

Reservas indígenas de Nonoai e de Serrinha

O aldeamento fora criado de fato em 1847. Seria ratificado definitivamente em 1850 com a Lei de Terras (nº 601) que estipula sobre a necessidade de se reservar "terras devolutas" para a "colonização de indígenas".

A demarcação das terras para o aldeamento só será realizada em 1856 pelo engenheiro Francisco Save a mando do então Presidente da Província¹. Tinha por dimensão aproximadamente 10 léguas em quadro ou seja, abrangia uma faixa de terra que descia da margem esquerda do rio Uruguai até o lageado Papudo (ao norte do atual município de Sarandi), entre os rios Passo Fundo (à direita) e da Várzea (à esquerda).

Com a ocupação efetiva da região por frentes pastoris, extrativa e agrícola os indígenas perdem as terras, tendo conseguido, no entanto, que o estado demarcasse o que sobrara ao esbulo, em inícios deste século.

Entre 1911 e 1912 a área indígena de Nonoai sofrera novo processo demarcatório, sendo dividida em duas parcelas. Uma mais ao norte, nas proximidades da cidade de Nonoai, com 34.908 ha e outra mais ao sul, Serrinha, com 11.950 ha.

Ambas foram intrusadas na revolução de 1923 mas, como quando da demarcação, o governo retirara aos posseiros "suasoria - mente" e para eles distribuira colônias de terras nas proximidades.

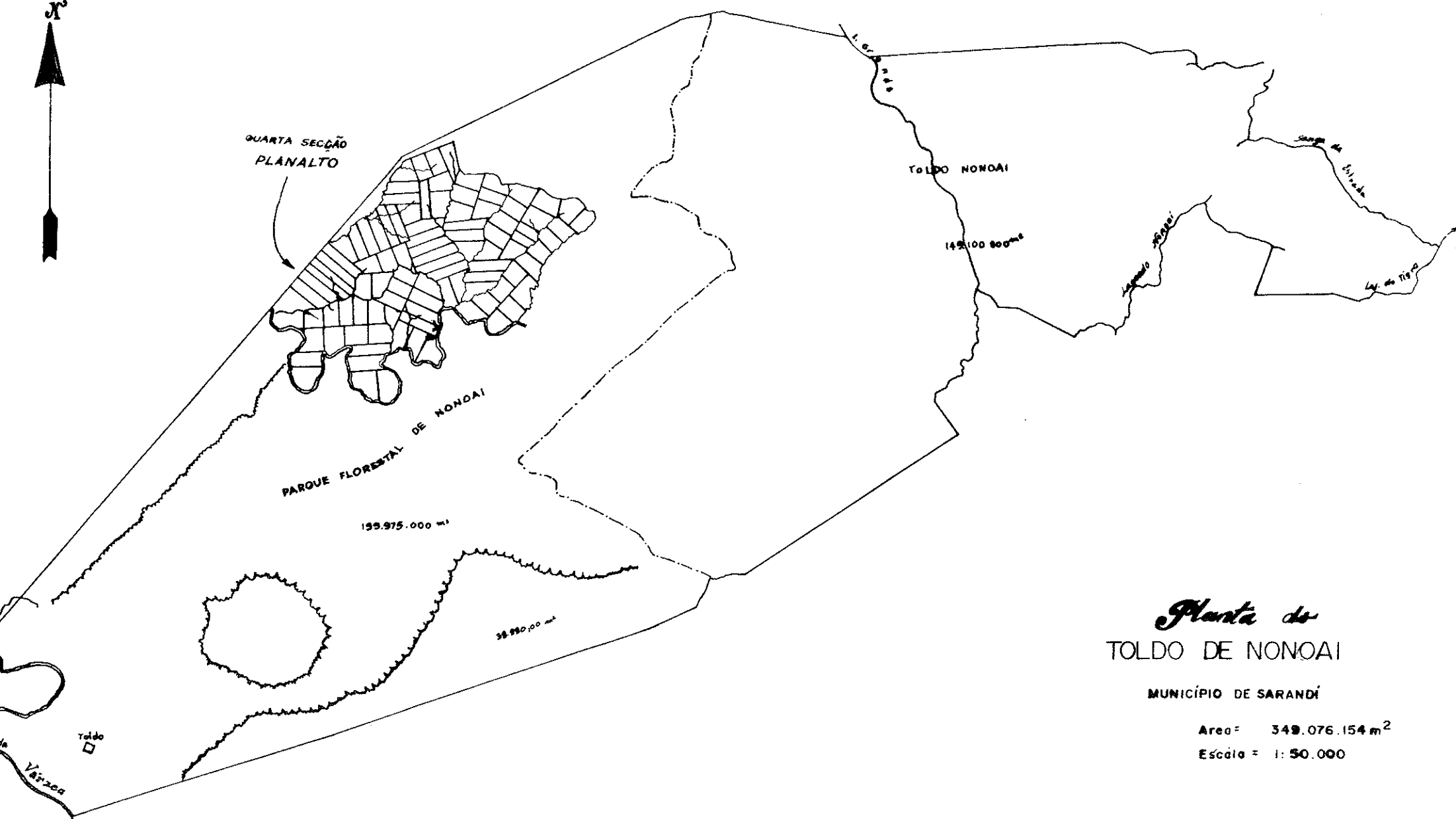
Mais tarde sofreriam novas invasões, decorrentes da saturação do sistema da pequena propriedade, passando então os indígenas a perder mais terra.

Em 1941 o estado divide a reserva de Nonoai subtraindo 19.998 ha, tendo destinado mais tarde (1949) esta parte a um Parque Florestal. Com as invasões de fins da década de 50, inícios da de 60, o estado dispõe de 2.499 ha. para distribuir aos agricultores "sem terra", vindo a formar a 4a. seção Planalto.

Depois de terem expulsado aos posseiros que ocuparam suas terras por aproximadamente 16 anos, os Kaingang e Guarani de Nonoai detêm hoje pouco menos de 14.910 ha pois ainda parte de suas terras são mantidas pela empresa agro-pecuária Dall'Asta.

Em Serrinha, os Kaingang perdem 6.623 ha., em 1949, para criação de Parque Florestal, e este é invadido por posseiros e as posses legitimadas pelo estado. O restante fora também apropriado pelo estado que ratifica a ocupação de posseiros, sob pressão da elite política e econômica da região. Destinaria assim os 4.725 ha que sobraram aos indígenas para os posseiros, depois de ter reconhecido, em 1942, a posse Rufino de Almeida Mello de 622 ha, extinguindo de um todo a reserva, em 1962. Os indígenas, extintos, seriam forçados a se retirar para Nonoai. Muitos permanecem sobre suas terras mas passam à situação de agregados, de peões. Uns poucos, considerados "mestiços" pelos agentes da proteção, receberam parcelas ínfimas de terra tendo mais tarde alienado sob pressão, à excessão de "Tuchá", que mantém ainda uma pequena gleba, mas em mãos de sua ex-mulher, uma cabocla.

¹ SAVE, Índice Obras Públicas, Arquivo Histórico do Estado, 1856.



Planta de
TOLDO DE NONOAI

MUNICÍPIO DE SARANDI

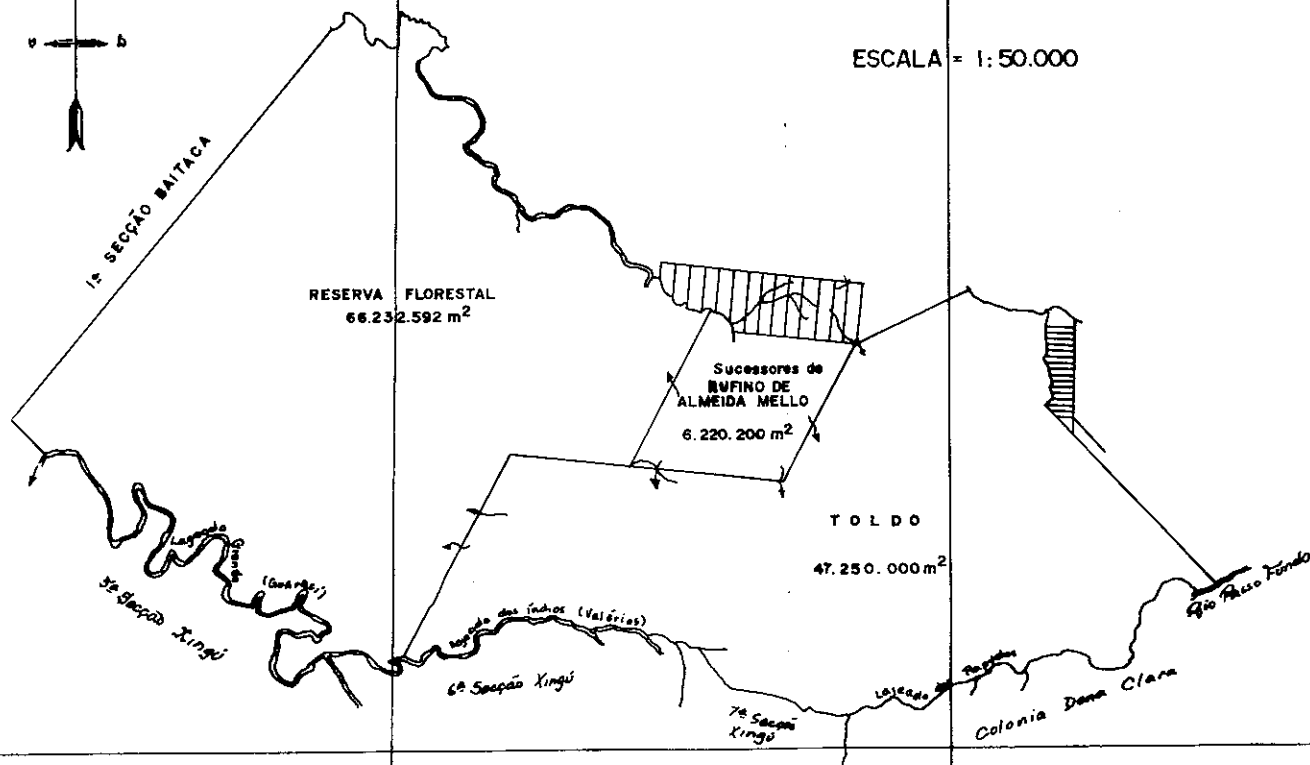
Area = 349.076.154 m²

Escala = 1: 50.000

TOLDO DA SERRINHA

MUNICÍPIO DE SARANDI

ESCALA = 1:50.000



Autores
(esq)

Reserva Indígena de Cacique Doble

No início do século era esta reserva conhecida como Fachinal e fora demarcada em 1910 com um total de 5.450 ha.. Os indígenas desta reserva (Kaingang e Guarani aí vivem) reconhecem e reivindicam a área de Forquilha como sua, num total de 145 ha., situada junto ao rio Forquilha e a oeste da reserva indígena.¹

Em passado mais remoto, muitos elementos da sociedade regional tentaram desalojar os indígenas que ali viviam desde aproximadamente 1850 - provenientes do Campo do Meio, de onde foram expulsos. O cacique Faustino, em 1909 indicara a Torres Gonçalves o sr. Vidal Andrade como um dos que estavam tentando se apossar de suas terras. Atendendo os interesses de tais elementos, Ricardo Zeni que estava a atender os indígenas de Cacique Doble por volta de 1910, transferira parte dos Kaingang, sob o mando de um indígena de nome Fortunato, para uma área bem mais ao norte. A visita de Torres Gonçalves à reserva detonou o retorno dos indígenas para a primeira área, que na verdade constituía-se no único desejo de todos.²

Para a formação do toldo houve necessidade de incorporação das terras que se encontravam em mãos de herdeiros de L. Ferreira e de Hidelbrando Fão.

Em 1942 fora elaborado por órgão do setor de terras públicas do estado um mapa onde aparece uma redução de terras no total de 942 ha. Não temos condições de informar se a divisão efetiva ocorrerá neste ano ou mais tarde. Sabemos que, efetivamente, hoje os indígenas detêm apenas 4.508 ha. e que no período auge da elaboração de propostas de reforma agrária em terras indígenas surge um projeto para reduzir a reserva de Cacique Doble, mas em 1.250 ha., que seriam também distribuídas aos chamados "sem terra". O então deputado Antonio Bresolin, envia à mesa da Assembléia Legislativa do Estado o projeto de lei 140/60 que dispõe a respeito. Mas o mesmo é rejeitado pela maioria dos deputados.³

Além das terras, perderam ainda os indígenas de Cacique Doble, praticamente toda a espessa mata de pinheiros nelas existentes. Segundo os indígenas 360 mil pinheiros teriam sido destruídos.⁴ O SPI, que administrava a área desde 1941, alienara, o pinhal dos indígenas, para: Dr. Gaspar Coitinho, 20.000 pinheiros (1951), Braulino Souza, 2.000 pinheiros (1956), Braulino Souza e Exportadora de madeiras Fontainive Ltda., 1.500 pinheiros (ano ?),

¹ Cf. UFSC. Projeto Uruguai; os barramentos e os índios. Florianópolis, 1978 : 69. Neste trabalho os autores tentam aproximar a localização da área à página 72.

² Cf. Relatório da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas do Estado, Porto Alegre, 1910:148 e 149.

³ Cf. Correio Serrano, Ijuí, 10 de agosto de 1960.

⁴ Ver LISBOA & SCHWADE. Drama de 1.080 famílias indígenas rio-grandenses-VI. Correio do Povo, Porto Alegre, 3 de maio de 1967.

José Arlindo Rauber & Cia., 1.000 pinheiros - o mesmo deveria construir a sede do posto (ano ?), ao Arcebispo de Porto Alegre doação de 100 pinheiros (1957).⁵

No momento poderão perder em definitivo, caso a barragem Paim Filho venha ser construída, entre 72 e 95 ha. de terra da área Forquilha.⁶

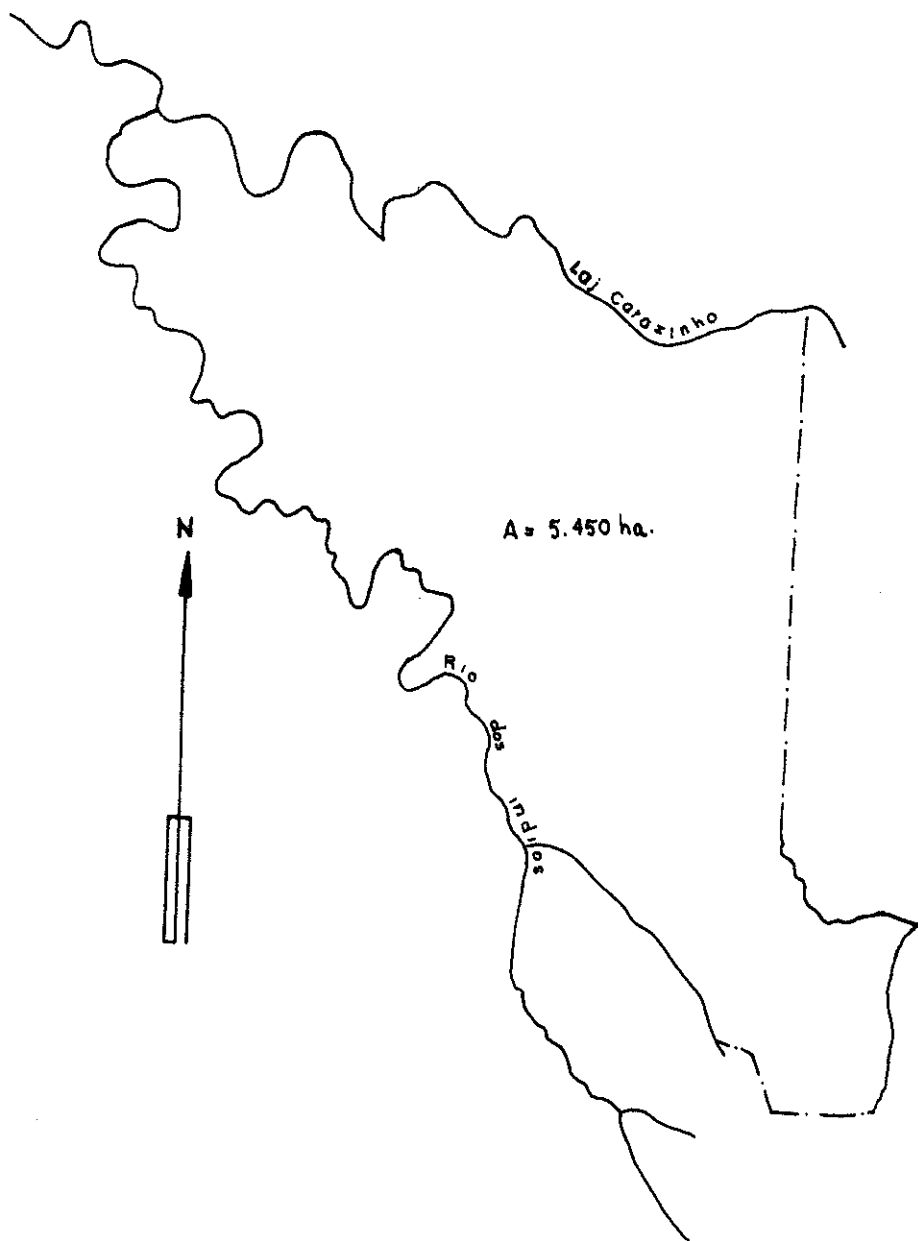
⁵ Ver MORENO e outros, Jayme. Relatório nº 12.504/61. Comissão de Sindicância do Sub-Gabinete Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 16 de setembro de 1961: 3 e 4. Outras pessoas ou firmas estiveram envolvidas, a saber: Madereira São José do Ouro Ltda., Madereira Ouro Ltda., Comércio, Indústria Arlindo Letti, S.A., Simão Pedro, Pedro dos Santos Mota, Domingos Morello, Luciano Antonio Dondê, Eugênio Alegretti, Mauricio Guiotto, Brugnerotto & Filhos, Nelci De di Fabris, Idem, p. 4.

⁶ Cf. UFSC. Projeto Uruguai ... p. 139.

CACIQUE DOBLE

1910

Área demarcada 5.450



Reserva Indígena de Votouro

Situa-se no atual município de São Valentim e fora demarcada com 3.104 em 1918. Em 1962, por interferência direta do estado fora reduzida em 1.664 ha., sendo que deste total 1.032 ha. foram colonizados (secção Tupi) e 632 ha. destinados para uma reserva florestal. Os indígenas ficariam portanto, com apenas 1.440 ha. Mas depois de devastado o pinhal existente na "reserva florestal", esta praticamente fora reintegrada à posse dos Kaingang.

A expectativa de expropriação aos indígenas de Votouro data de épocas bem anteriores. Em 1942, para citar apenas um exemplo, o então chefe do posto indígena de Nonoai, em visita de inspecção, documentara a existência de "esperança e de promessa de loteamento".¹

O alcoolismo e os conflitos decorrentes da presença forçada dos indígenas de Ventarra (e de muitos provenientes de Serri-nha) têm produzido sérios conflitos entre os próprios indígenas. A situação de extrema miserabilidade tem sido constante nos últimos anos. E o abate de pinheiros continua sendo feito em prejuízo da comunidade indígena. Sem muitas alternativas no interior da reserva e sem apoio efetivo por parte da FUNAI os indígenas deslocam-se para trabalhar nas granjas (empresas agrícolas) da região, alcançando muitas vezes longas distâncias; outros optam pelo trabalho urbano (guarda de banco) ou produzem cestaria para comercializar.

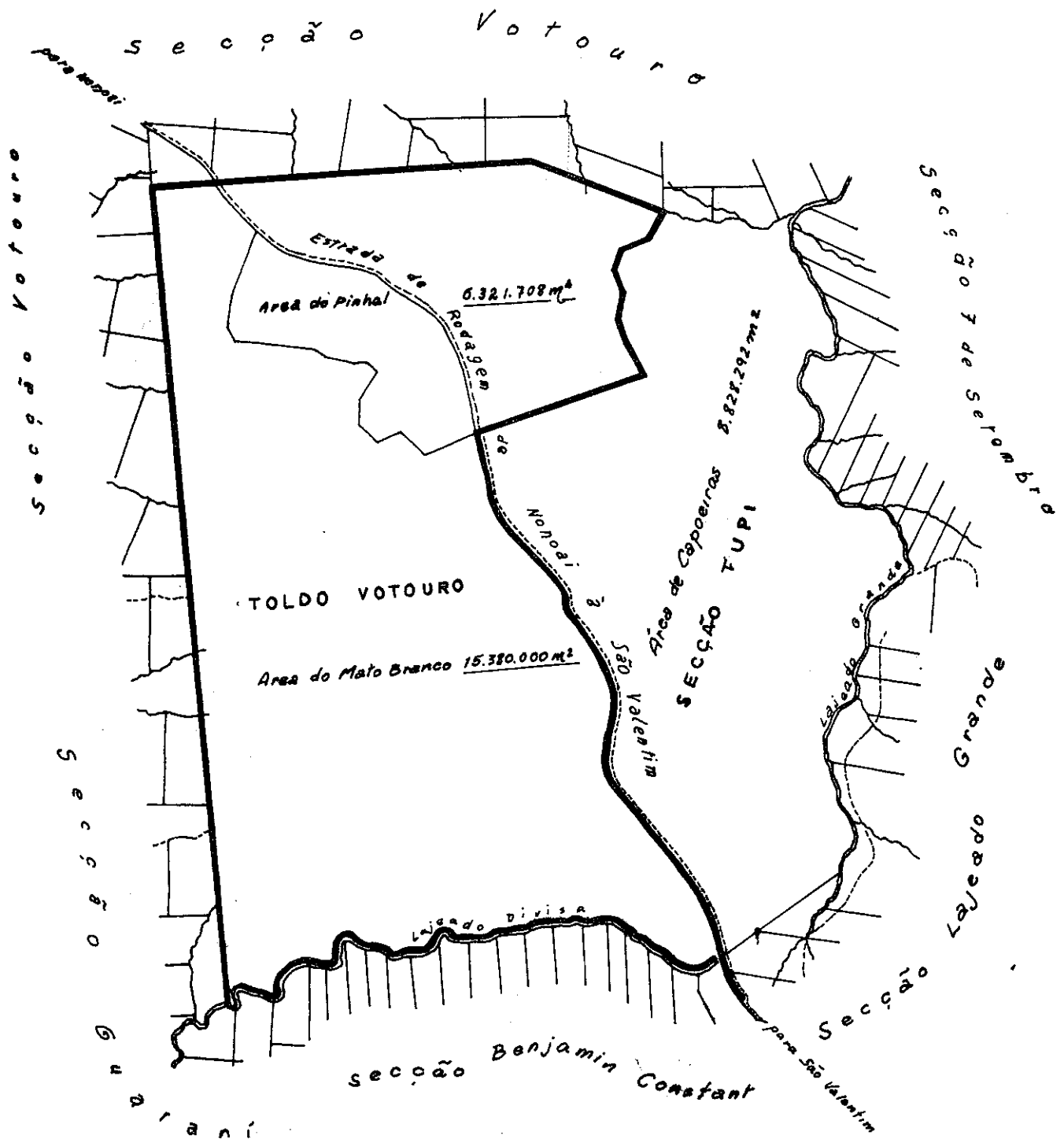
¹ Cf. relatório enviado à Inspetoria Regional de Curitiba/SPI, por Francisco Vieira do Santos, ch. do Posto Indígena de Nonoai, 13 de janeiro de 1942. Originais in arquivos do Museu do Índio, RJ.

PLANTA

do
TOLDO VOTOURO

Escala 1:25.000

Área 30.530.000 m²



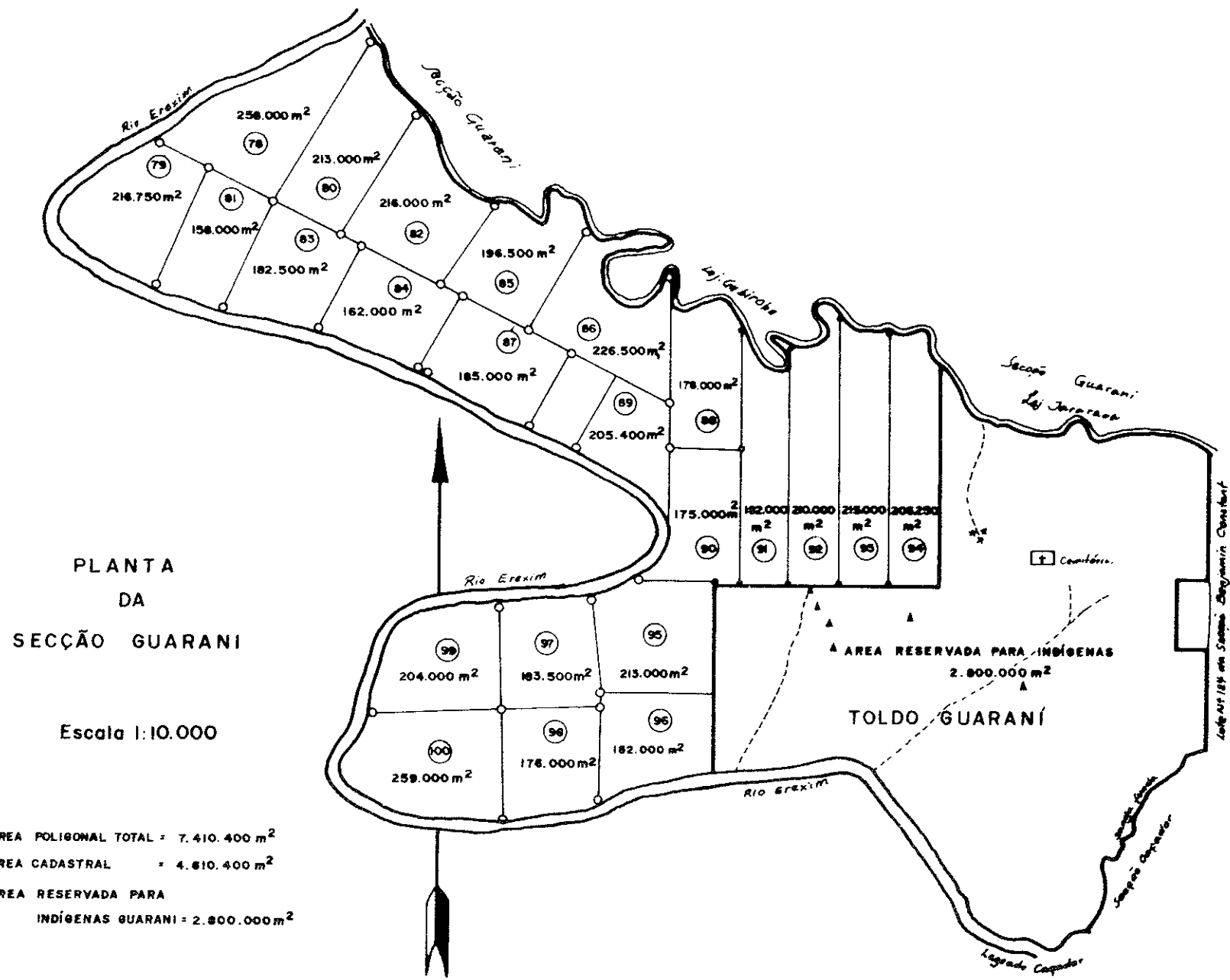
Reserva Indígena Guarani

Também fora conhecida como Guabiroba; situa-se praticamente junto à de Votouro, no município de São Valentim. É a última reserva a ser demarcada pelo governo do estado: 1943, com 741 ha.

A reserva fora demarcada para os indígenas Guarani. Segundo o responsável pelo setor de terras públicas do estado, os Guarani que inicialmente ocuparam a área seriam provenientes do toldo Lagoão, do município de Soledade.¹ Em 1922 já se encontravam instalados em Guarani, num total de 103 indivíduos, sob a chefia de Severino Santos Oliveira.² Em 1927 o grupo encontrava-se bastante reduzido, contando com apenas 40 pessoas.³ Provavelmente parte da população deslocara-se. Encontramos Guarani nascidos em Lagoão em Nonoai e, moradores já antigos. Nos relatos sobre suas migrações indicam terem passado pela "colônia de Erechim", por Guabiroba.

Motivados por uma conjuntura que estava a privilegiar as terras indígenas como o lugar apropriado para se fazer reforma agrária, regionais passam a pressionar o governo do estado para também reduzir o já pequeno "toldo" Guarani. Em 1962, pelo despacho ao processo administrativo nº 15.703/67 o governo determina a sua divisão: os indígenas ficarão com 280 ha e os outros 461 serão distribuídos entre agricultores "sem terra" (secção Guabiroba). Os indígenas ficaram com as piores terras: íngremes, desmatadas, profundamente erodadas.

1. Cf. Relatório da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas do Estado, Porto Alegre, 1926:439.
2. Idem, ano de 1927:448.
3. Idem, quadro não paginado.



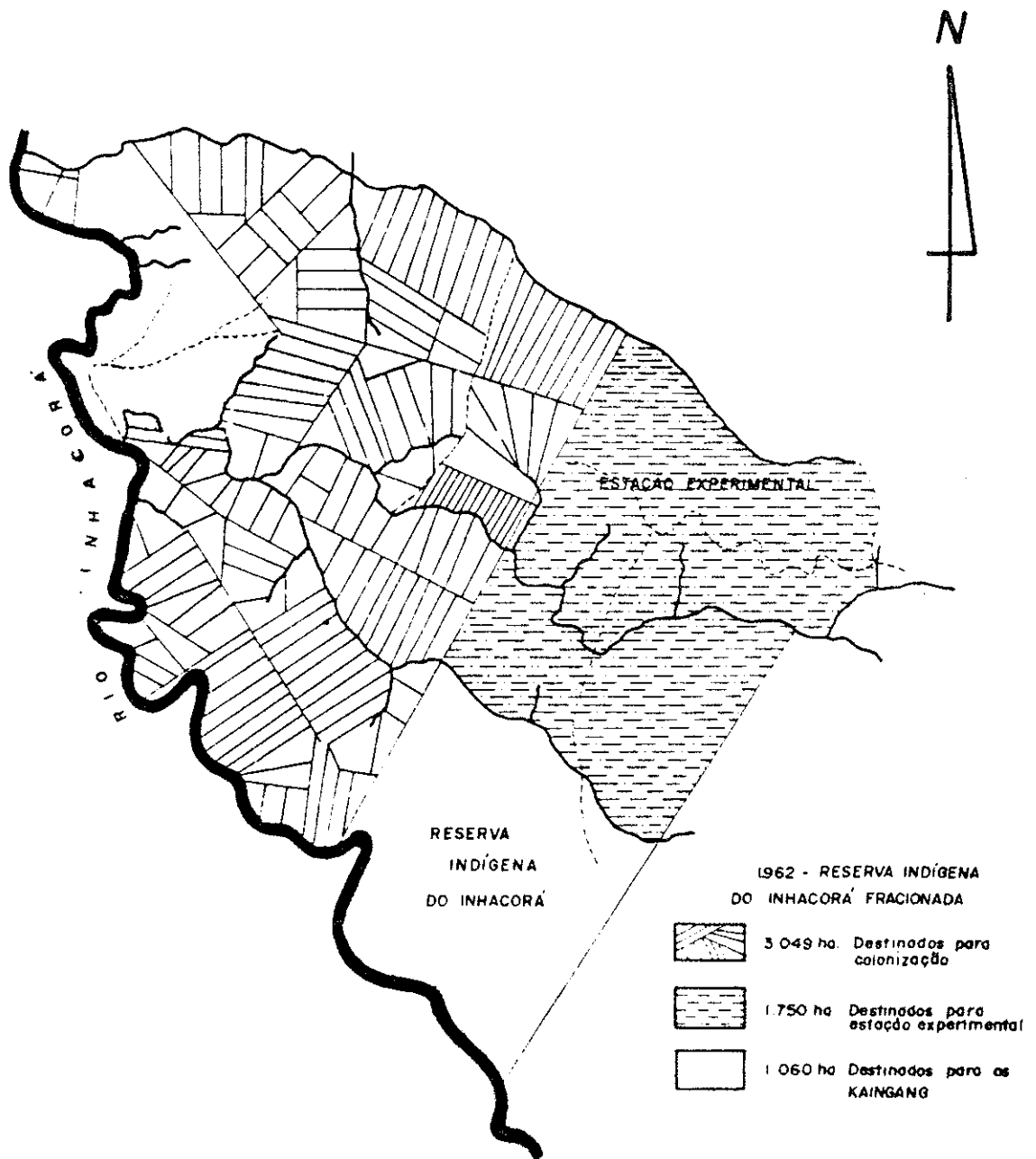
Reserva Indígena de Inhacorã

Situa-se no município de Santo Augusto e fora demarcada em 1921 pela Comissão de Terras de Santa Rosa com uma área de 5.859 ha. Interesses de companhias colonizadoras regionais "retiram", "deslocam" o processo demarcatório que seria realizado pela Comissão de Palmeira para Santa Rosa, com o objetivo de restringir a gleba destinada aos indígenas. Consta do discurso indígena local que detinham aproximadamente 14 mil ha.. Já reduzindo esta área a Comissão de Palmeira tinha delimitado 8.023 ha. o que não fora cumprido pela de Santa Rosa quando da demarcação.

Mais tarde, depois de ter passado pela fase do arrendamento, sendo este concretizado pelo próprio estado, as terras da reserva são violentamente diminuídas. Pelo despacho ao processo administrativo nº 15.703/67, em 1962 o governo destina 3.049 ha de terra aos agricultores "sem terra", muitos deles antigos ocupantes da reserva, vindo a formar a secção Coroados! E 1.750 ha. seriam ocupados por uma estação experimental, a cargo da Secretaria da Agricultura. Os indígenas ficam com apenas 1.060 ha. Tiveram papel importante na transformação do indígena em minifundiário, políticos da região, em especial A. Bresolin, A. Hoffmann, José Amara de Souza.

¹ Identificação oficial: 5.^a secção Inhacorã.

RESERVA INDÍGENA DO INHACORÁ-STO AUGUSTO-RS



Carreteiro ou Água Santa

Sua demarcação ocorrera ainda em 1911, passando a ter 601 ha. Detinha neste momento uma população de 80 Kaingang, que vivia em constantes conflitos com os colonos das vizinhanças, sendo por estes profundamente estigmatizados. Seis indígenas desta reserva foram condenados pela justiça pouco antes de 1910, por terem matado dois brancos que haviam assassinado dois indígenas. Cumprindo pena no presídio da capital 5 morreram, sendo apenas um liberto com vida em 1909.¹

Em 1922, segundo dados do setor de terras públicas, o total passa a contar apenas com 590 ha.² Qual teria sido o destino dos outros onze ha.? Torres Gonçalves, responsável pelo setor, afirma que todos os posseiros foram retirados das terras indígenas, quando da demarcação, e reassentados em terras devolutas do estado.³ Apesar desta redução, documentos oficiais posteriores (do SPI, da FUNAI, etc.) continuam a indicar uma área de 601 ha. para Carreteiro.

Os Kaingang de Carreteiro, apesar da profunda mestiçagem (45,23% de mestiços contra 41,05% de Kaingang mais 13,69 de neobrasileiros, em 1958⁴ - têm mantido sua identidade indígena em que pese todas as tentativas de destruição do grupo. Em 1967, inquiridos sobre uma possível transferência para outra reserva onde pudessem dispor de mais terras, foram categóricos: "Nóis não temo que saí daqui. Nóis temo direito de ficá. Prá que ir prá outra área? Lá nóis não vai ficar melhor que aqui".⁵ Disseram mais: "Mas o que querem fazê com os índios? Já chega de sofrê. Se não que os índio viva, então é melhor matá índio tudo, mas chega de tanto sofrimento".⁶

Em 1968 estes indígenas estavam cultivando o solo em parceria com seus vizinhos brancos, que mantinham arrendamentos no interior da reserva. Neste momento "Os arrendatários lavram, gradeiam e plantam o trigo; os índios cuidam e fazem os tratos cultu-

¹ Cf. Torres Gonçalves in Relatório da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas do Estado, Porto Alegre, 1910:152.

² Cf. Torres Gonçalves in Relatório da Secretaria dos Negócios Obras Públicas do Estado, Porto Alegre, 1922, quadro não paginado.

³ Cf. Relatório anual da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas do Estado, 1911, Porto Alegre, p. 153.

⁴ Cf. SALZANO, Francisco Mauro. Estudos Genéticos e Demográficos entre os Índios do Rio Grande do Sul. Boletim do Instituto de Ciências Naturais/UFRGS, julho de 1961, p. 44.

⁵ Ver LISBOA & SCHWADE, Drama de 1.080 famílias indígenas rio-grandenses. VII. Correio do Povo, Porto Alegre. 04 de maio de 1967.

⁶ Idem, ibidem.

rais, dão o adubo e semente. Na colheita feita pelos índios fazem a divisão da produção, tocando 50% para cada parte contratante".⁷ Que os indígenas é que ofereciam a terra, não fora notado por quem fizera o registro.

Ainda por esta época a administração do toldo passara para o SPI, estando subordinado à reserva indígena Paulino de Almeida ou Ligeiro, também de Tapejara. Seu chefe providenciara na instalação de uma olaria no interior da reserva para fins de comercialização da produção.⁸

Em 1975, quando se procedera a um levantamento sobre a situação de posseiros no interior das reservas, já não havia mais arrendatários em Carreteiro.⁹ Atualmente a reserva conta com uma população de 178 indivíduos.¹⁰

⁷ Cf. Operação Toldos, MINTER, GT Projeto Rondon, Coordenação regional do Rio Grande do Sul. Publ. mecanografia da SUDESUL, 1969: 22.

⁸ Idem, ibidem.

⁹ Cf. informações enviadas, através do ofício 058/PRES., ao Ministro do Interior M.R.Reis, pelo presidente da FUNAI, Ismarth de Araújo Oliveira, em 9 de fevereiro de 1976.

¹⁰ Informação contida em projeto da Secretaria do Trabalho e Ação Social para atendimento aos indígenas. Cópia xerox, 1980. — Veja os dados disponíveis sobre a evolução demográfica de Carreteiro:

Ano	1910	1920	1922	1926	1927	1929	1930	1946	1953	1955	1957/58
Total hab.	80	59	60	58	66	64	62	40	84	40	70
	1967	1968	1975	1980							
	128	120	158	178							

Estes dados estão contidos nos textos acima citados.

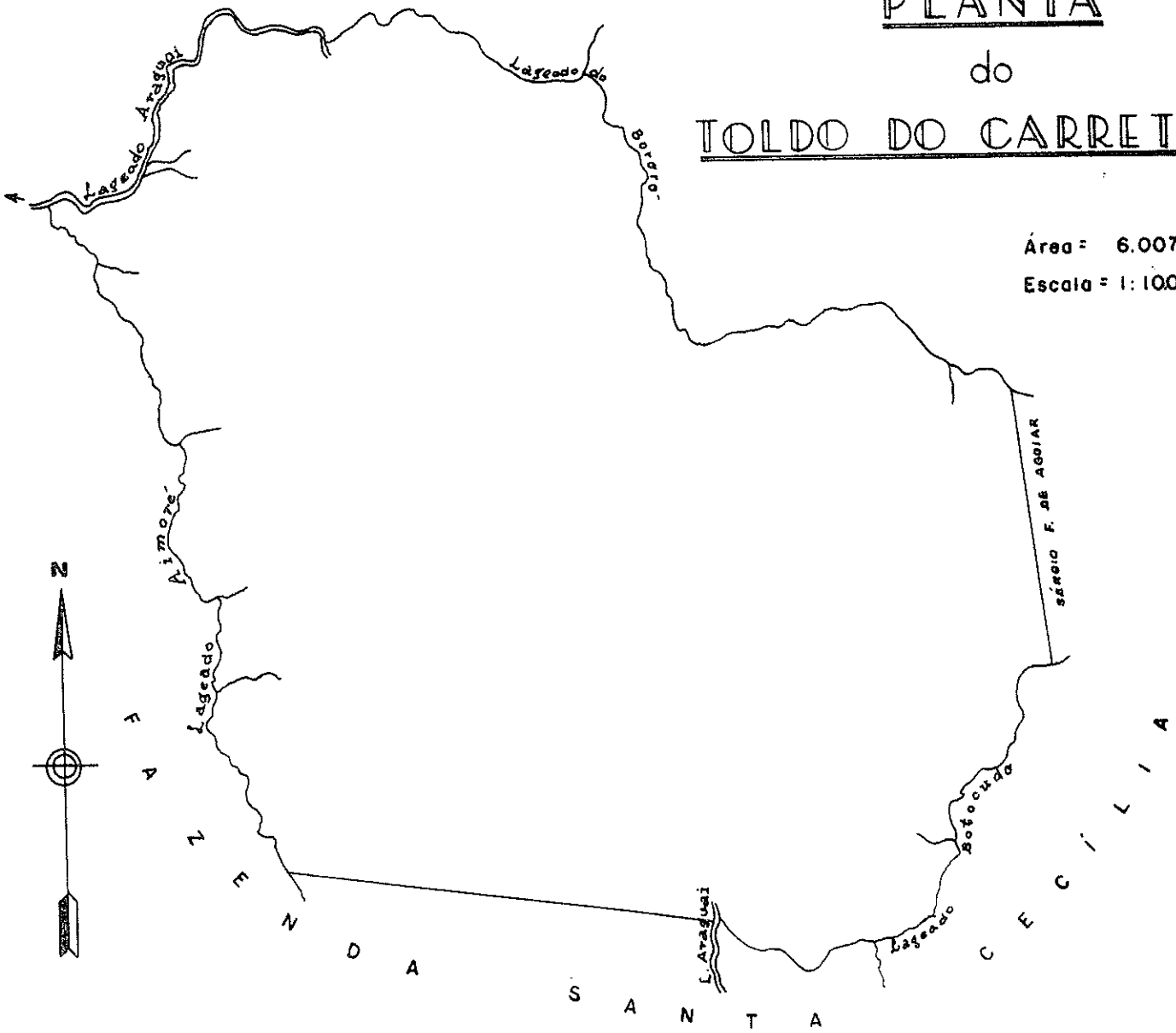
PLANTA

do

TOLDO DO CARRETEIRO

Área = 6.007.243 m²

Escala = 1:10000



Reserva Indígena Ligeiro

Como muitas outras reservas, Ligeiro fora demarcada em 1911, com 4.552 ha. Em 1914 o SPI projetara instalar em Ligeiro um Centro de atração de Índios; no momento encontravam-se os indígenas em trabalhos de conservação da estrada que liga Erechim a Sananduva, tendo sido para tal fim, assim como o foram para sua construção, contratados pelo estado.¹

O encarregado pela proteção indígena realizada pelo estado, Sr. T. Gonçalves, visitara Ligeiro em 1910, tendo constatado que os indígenas vinham sendo perseguidos pela população regional, que impunemente praticava crimes contra os Kaingang.² Em 1920 um indígena será assassinado por um morador das proximidades.³

A reserva que contava com uma população de 500 pessoas em 1910, atingida pela "gripe espanhola", alcança apenas 380 em 1920, tal foi o índice de mortalidade.⁴

Ligeiro por muitos anos fora administrada pelo sr. Paulino de Almeida e considerada como "exemplo de atendimento ao indígena", tanto que sua unidade administrativa - o posto indígena - fora denominada "posto modelo". Efetivamente este posto indígena se constituíra em "modelo" pois ali vigorou o arrendamento das terras dos indígenas, a devastação dos pinhais e demais espécies florestais, o que empobrecera o habitat indígena! Em 1975 a reserva era ocupada por 120 famílias entre ex-arrendatários, posseiros, que mantinham 1.495 ha. Destas famílias 52 eram proprietárias de glebas de terra fora da reserva.⁵

Quanto à exploração da madeira, o SPI contratara o abate com firmas madeireiras, e também abatera com fins de fazer doações. Irmãos Lochpe, S.A. Ltda e Exportação abateram oito mil pinheiros; a Sociedade Getuliense de Assistência aos Menores Desamparados recebera 50 pinheiros por doação, e Antonio Santos Carneiro explorara madeiras "em participação", isto no decorrer da década de 50.⁶

-
1. Cf. Relatório da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas do Estado, Porto Alegre, 1914: 183.
 2. Cf. Relat. da Secret. dos Negócios e Obras Públicas do Estado, Porto Alegre, 1910: 151.
 3. Cf. Relat. da Secret. dos Negócios e Obras Públicas do Estado, Porto Alegre, 1920: 463.
 4. Idem, quadro não paginado.
 5. Cf. informações enviadas, através do ofício 058/PRES., ao Ministro do Interior M.R.Reis, pelo presidente da FUNAI, Ismarth de Araújo Oliveira, em 9 de fevereiro de 1976.
 6. Cf. MORENO e outros, Jayme. Relatório nº 12.504/61. Comissão de Sindicância do Sub-Gabinete Militar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 16 de setembro de 1961: 9,10,11.

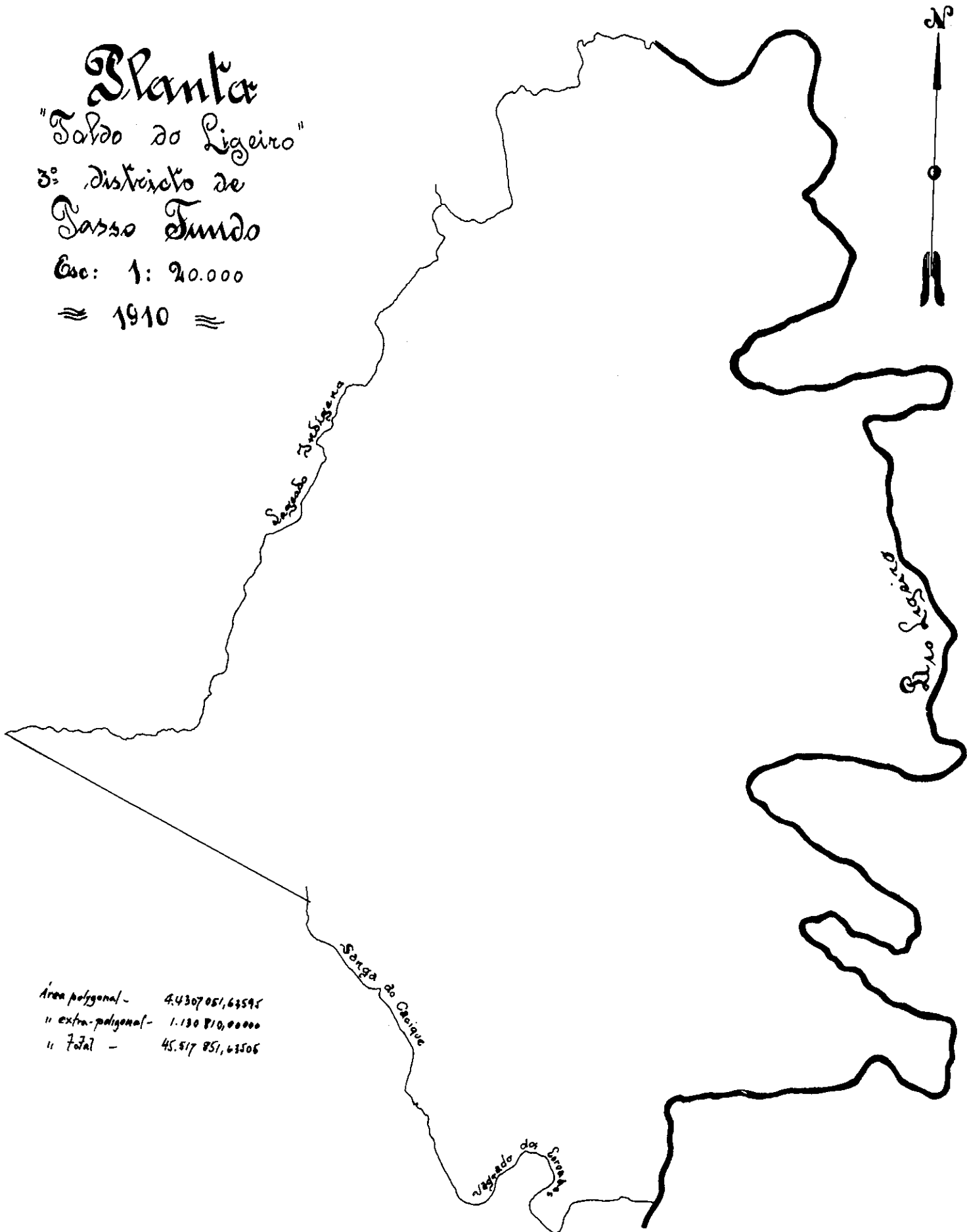
Presentemente a reserva indígena sofre ameaça de perder 320 ou 336 ha. de terra caso venha ser construída a barragem Barracão, que inundará o rio Ligeiro, uma das divisas naturais da reserva indígena. Poderão ainda os indígenas perder mais terras caso as atuais estradas que cortam a reserva sejam rompidas e realocadas em terras da própria reserva.⁷ Além destas ameaças, dentre outros,

"Um problema que não será difícil de prever é o da pressão política sobre o posto indígena como um refúgio, temporário ou permanente, para os não-índios desabrigados pela inundação deste ou de outro rio. Sem dúvida eis aqui o seu perigo indireto maior".⁸

7. Cfe. UFSC. Projeto Uruguai; os barramentos e os índios. Florianópolis, 1978: 95 e 97.

8. Idem: 97.

Planta
"Tudo do Ligeiro"
3º distrito de
Passo Fundo
Esc: 1: 20.000
≅ 1910 ≅



Área polygonal - 4.4307051,63595
" extra-polygonal - 1.130 810,00000
" Total - 45.517 851,63505

Município de Lagoa Vermelha

Reserva Indígena de Guarita

Fora demarcada tardiamente pela Comissão de Terras de Palmeiras: em 1918 com 23.183 ha., situada em terras dos atuais municípios de Redentora, Miraguaí, Herval Seco e Tenente Portela.

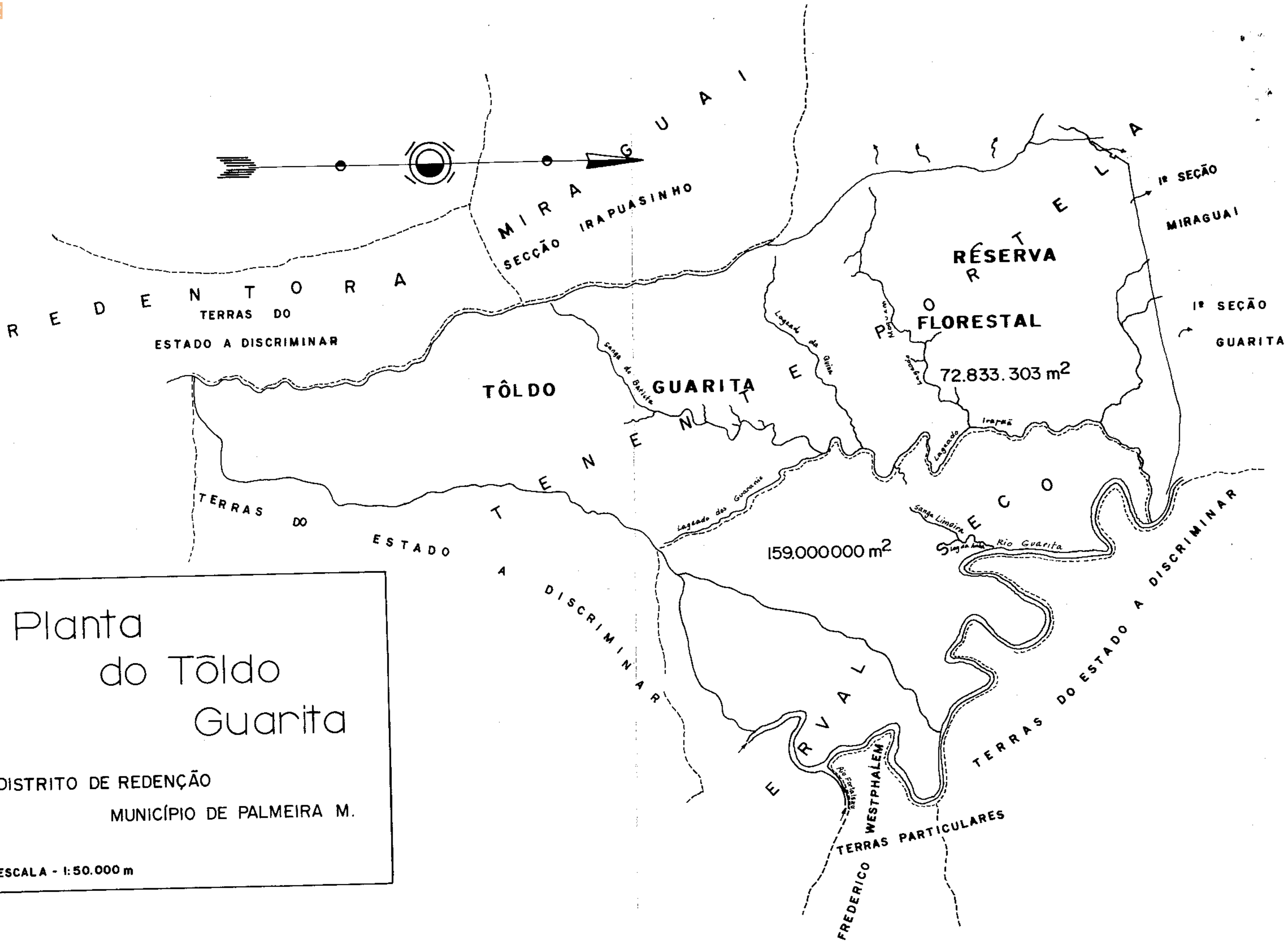
Esta reserva não recebera cortes efetivos apesar do projeto apresentado pelo deputado Bresolin, no sentido de retalhá-la; pela sua proposta 14.487 ha. deveriam ser loteados e entregues a colonos, agricultores da região. No entanto, fora o projeto rejeitado pela Assembléia Legislativa do Estado. Os deputados Porcínio Pinto, Jairo Brum e Paulo Brossard dentre outros, argumentaram contrariamente ao projeto o que determinou seu arquivamento. Mas em período anterior o governo do estado pretendia também reduzir a área de Guarita. Em mapa integrante do acervo da Secretaria da Agricultura consta a indicação de área para reserva florestal, num total de 7.283 ha., mas tal divisão não chegara também a ser realizada.

Posteriormente, quando a atuação do SPI (após 1941), instaurara-se o sistema do arrendamento das terras indígenas para fins agro-pastoris. Fora ainda a reserva atingida por levas de "sem terra", que entraram um tanto quanto pacificamente na reserva, em inícios do anos 60. Passariam os mesmos a pagar arrendamento, tendo portanto sua situação regularizada pelo órgão protetor.

Suspenso o arrendamento pelo Estatuto do Índio (1973) todos os ocupantes passam à situação de posseiros; os que detinham pequenas e médias posses saíram da reserva entre 1978 e 1979, mas os grandes posseiros, que integram a elite econômica regional (Scharneski, Roewer, dentre outros) e inclusive têm propriedades significativas fora da reserva indígena, lá se mantêm sem que a FUNAI tome qualquer determinação no sentido de desocupar a reserva. Aliás, recentemente a própria FUNAI liberou uma faixa de terra no interior da reserva para que Prefeitura Municipal de Tenente Portela construísse um aeroporto, o que fora feito à revelia dos indígenas, que chegaram a protestar contra tal expropriação.

Os Kaingang e Guarani que ali vivem, se não perderam terras, perderam grande parte de seu patrimônio florestal e em especial os pinhais. Madeiras instaladas na região (Waldomiro Arbo e Tonetto, Araújo e Cia.) em acordo com o SPI devastaram a reserva. Posteriormente a própria FUNAI deu continuidade à devastação, mantendo inclusive uma serraria no interior da reserva.

Atualmente os indígenas ali radicados, além da presença de ricos posseiros, enfrentam a atuação anti-indígena do vereador de Tenente Portela, João Gheller, que tem tentado dividir a reserva, para distribuir lotes rurais a agricultores que encontram-se nas estradas após terem saído da reserva e que não foram ainda assentados pelo INCRA, bem como para outros; a presença de depósito de lixo da Prefeitura de Tenente Portela é um dos outros sérios problemas dos indígenas que têm suas terras assim poluídas. Alguns casos de disputas de divisas (posse Marroni, posse Polaco, dentre outras) não chegam a prejudicar os indígenas ainda que um dia deverão ser resolvidas. Os indígenas têm prova de que tais áreas integram as que foram para eles demarcada em 1918.



Planta do Tõdo Guarita

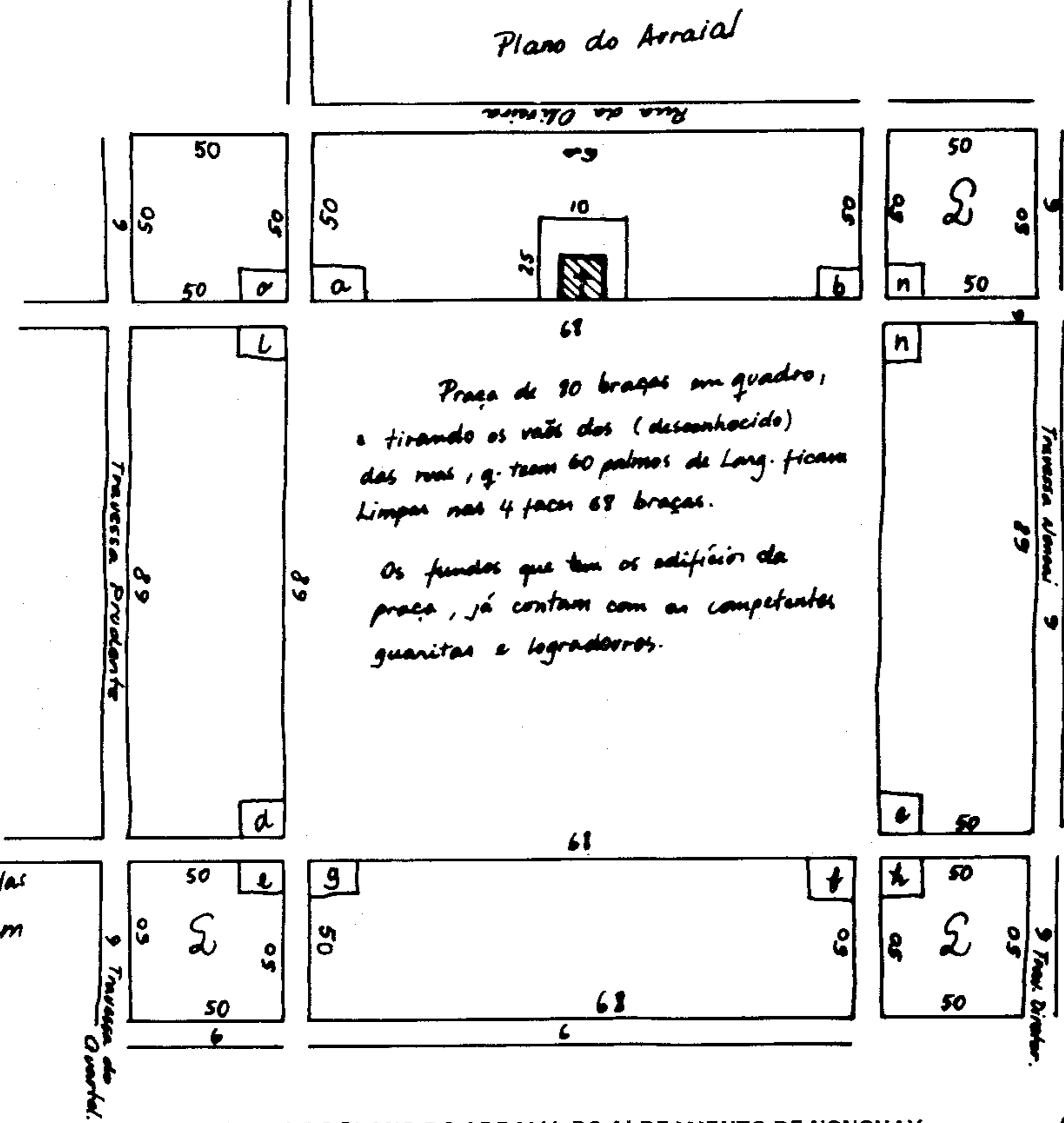
DISTRITO DE REDENÇÃO
MUNICÍPIO DE PALMEIRA M.

ESCALA - 1:50.000 m

De morador do mato e do campo a morador de arraial e
de vila 3.

Aldeamento do NONOHAY

Plano do Arraial



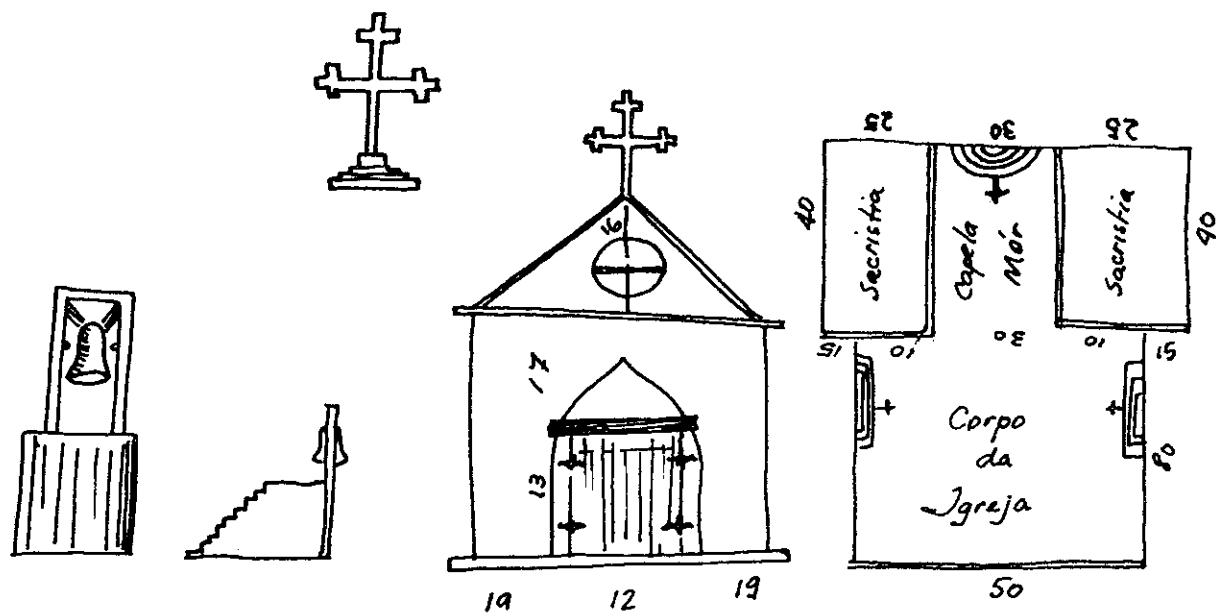
- Dimensões em palmos
- q Frente - Fundos
 - a = 40 - 200
 - b = 40 - 200
 - c = 60 - 100
 - d = 100 - 250
 - e = 40 - 150
 - f = 50 - 250
 - g = 50 = 50
 - h = 60 = 100
 - L = 60 = 100
 - n, n = 40 = 150
 - o = 50 = 150

A = 100 = 250

As quadras estão distribuídas nos casos Σ, Σ, Σ, Σ, tem 50 braças por quadro

- A - Igreja
- a - Casa do Vigário
- c - Casa do Diretor
- b - Casa do Chefe da Tribo
- e - Casa do Cmt. do Destacamento
- c - Casa de pouso e descanso.
- d - Quartel.
- n, n - Casa dos Capitães.
- L { Casa que comporta as salas de Audiências e objetos de Serviço.
- Σ { Casa do Departamento de armamento e munições.
- h { Casa do Apronte de (Oficiais e sargentos ???)

ESBOÇO DO PLANO DO ARRAIAL DO ALDEAMENTO DE NONOHAY
 Fonte: Directoria Geral dos Índios, 1856, correspondência ativa. Não consta ofício de encaminhamento. AHE, Lata 533, maço 1.



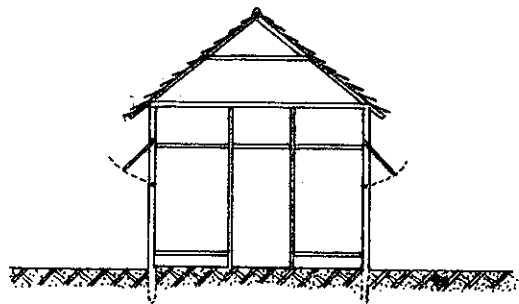
PLANO DA IGREJA (rascunho)

A SER CONSTRUÍDA NO ALDEAMENTO DE NONOHAY

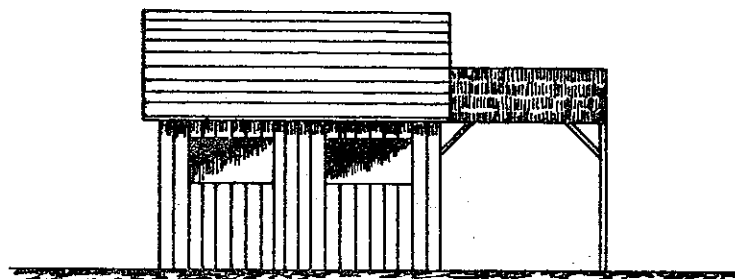
Fonte: Directoria Geral dos Índios, 1856, correspondência ativa. Não consta ofício de encaminhamento. AHE, Lata 533, maço nº 1.

DIRETORIA DE TERRAS E COLONISAÇÃO
TYPO DE CASA PARA ÍNDIOS

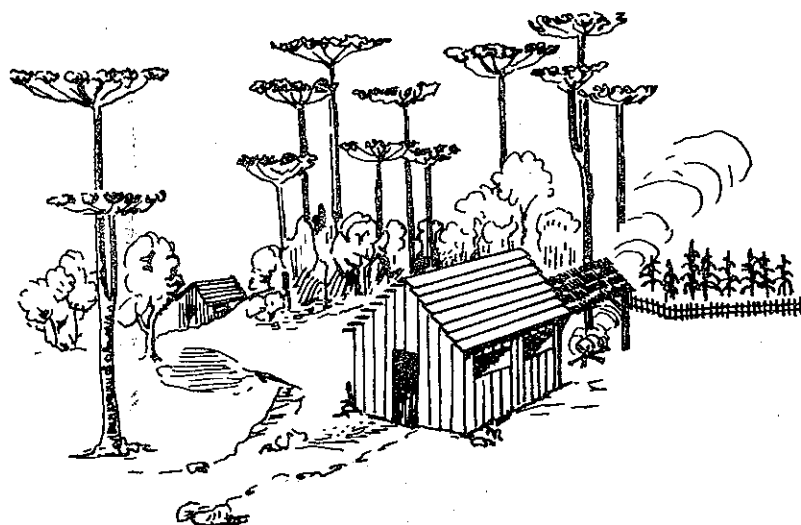
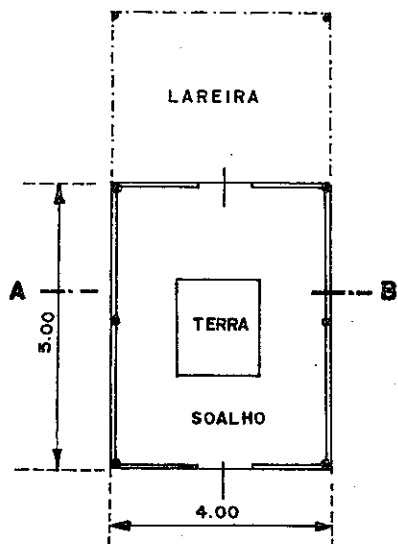
CORTE A-B



VISTA



PLANTA



ESC. 1:100

Comissão de Lagoa Vermelha

Em 1918 a Comissão de Terras de Lagoa Vermelha elaborou o presente projeto de casas para indígenas.
Cfe. Relatório da Secretaria do Negócios e Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. 1918:
310-b.



Vista parcial da reserva indígena de Inhacorá. Espaço organizado em forma de vila, as casas dispostas lado a lado. A construção das casas e sua disposição foram impostas pelo estado na passagem da década de cinquenta para a de sessenta, quando ainda mantinha em suas mãos a tutoria dos indígenas. Apenas Kaingang residem na reserva. Hoje são minifundiários. Foto de 1975; L. Simonian.

Outros aspectos da dominação: devassação, paternalismo,
etc. 4.



No passado o Pinhal farto e generoso em Nonoai. Grande parte do ano os indígenas se alimentavam de pinhão, preparando-o pelo cozimento, nas cinzas assando-o, defumando-o para a confecção da farinha. A devastação imposta pelos interesses econômicos do Serviço de Proteção ao Índio e de empresários madeireiros regionais (Gasparotto, Tissiani) retira ao indígena esta fonte de subsistência e desequilibra o meio. O lugar do pinheiro fora ocupado pelos posseiros durante 16 anos; hoje os indígenas retomam estas terras devastadas ampliando seus cultivos. Discutem já a questão do reflorestamento. Foto de 1938, Nonoai, de autoria do conhecido fotógrafo de Iraí, sr. Shelemberger.



Kaingang em férias em Itaí, interior de Ijuí. Foto por ocasião da primeira comunhão. Na primeira fila crianças Kaingang de Inhacorá, na segunda, de Votouro. A diretora da colônia, sra. Teresa Tarragô, consegue pouco depois, licença do secretário da Educação para internar indígenas com o objetivo de alfabetizá-los e os educar. Levava adiante esta tarefa, mantendo por alguns anos indígenas internos. Pretendia "provar que o índio era tão inteligente quanto qualquer ser humano". Foto de 1957. Autor desconhecido.



Vista parcial da sala de aula da Escola do Posto Indígena de Inhacorá. Desde o século passado o estado tem tido a preocupação de "instruir, civilizar" o indígena. Aqui a filha de um agente da proteção assistindo aula com as crianças Kaingang. O ensino é manipulado como um instrumento de "branqueamento", de "integração". Foto de 1975; L. Simonian.



Kaingang do Inhacorá recebendo cobertas e roupas do governo do estado através de agentes indigenistas. À direita um destes agentes, sr. Toneto. Tal atuação paternalista do governo estava preparando o golpe que a seguir daria retirando quase que a totalidade das terras da reserva. Cobertas e roupas trocadas por terra, excelente negócio do estado. Foto de 1960 (?). Autor desconhecido.



Guarani da reserva indígena de Guarita. Sua expressão facial demonstra o quanto o grupo tem lutado para não se submeter totalmente aos interesses dos civilizados, e dentre estes da instituição oficial de proteção aos indígenas. Foto de 1975; L. Simonian.